



Tese do Movimento É hora de Resignificar

O ano de 2015 foi de disputa renhida. Há um terceiro turno em curso, com contornos de “golpe”. Temos acordo em relação à afirmação de que o Governo Federal assumiu uma política econômica neoliberal. Esta inflexão se materializou na escolha da equipe econômica e nas diversas medidas implementadas no decorrer do ano, abandonando o programa do segundo turno de 2014.

O argumento sustentado pela cúpula dirigente do governo federal foi a reprodução monetarista (neoliberal): o ajuste era necessário para “equilibrar” (!!??) as contas. Um esforço fiscal para alcançar um superávit primário de 1,2% do PIB. Tudo que a classe trabalhadora ouviu durante toda a década 1990. Por outro lado, os empresários receberam, durante o período desenvolvimentista, benefícios (renúncia fiscal) da ordem de R\$ 200 bilhões. Ou seja, a classe trabalhadora deve pagar o “ajuste fiscal”. Não bastando, para manter a firmeza da nova orientação – o monetarismo – o novo Ministro da Fazenda promoveu nos quatro primeiros meses de mandato dois aumentos na taxa de juros de um ponto percentual. Ora, a dívida bruta brasileira é da ordem de 60% do PIB (a líquida é da ordem de 34%). Cada meio percentual (0,5), portanto, representa bilhões de reais transferidos para o sistema financeiro, para a fração rentista do capital. *O campo democrático-popular ganhou a eleição, mas não levou, até o momento.*

Não obstante a clareza da inflexão feita na política econômica (que certamente vai produzir desemprego, redução no financiamento de políticas públicas, recessão econômica, etc.) é preciso apreender o fenômeno político/econômico/social que está por trás desta mudança: a fração burguesa do rentismo, aliada com setores do capital produtivo, conseguiu alterar a correlação de forças entre as classes e grupos sociais que davam sustentação ao arranjo político-econômico lulista.

O presidencialismo de coalizão faliu, pelo menos conjunturalmente. A coalizão desenvolvimentista cedeu lugar para uma nova configuração político-social, onde a base econômica é o monetarismo (tal qual na Europa), a base político-social é o fundamentalismo e a base institucional ancora-se no Parlamento (com seu novo desenho ultraconservador), no Judiciário (com a judicialização da política) e na grande mídia.

O que ocorre hoje no Brasil só é compreensível quando olhamos a América Latina como um todo. O império perdeu espaço nos últimos quinze anos e agora se volta ao continente para reestruturar suas bases coloniais. Pensemos na intervenção da CIA na Venezuela – denúncia feita pelo Presidente Maduro na Cúpula das Américas; pensemos no ataque à Argentina, na tentativa de desestabilizar sua economia; etc.

Existe um movimento de recuperação da América Latina e Caribenha como espaço geopolítico do imperialismo norte-americano que teve sua influência diminuída consideravelmente, com a formulação da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos – CELAC -, na construção da UNASUL – União de Nações Sul-Americana, a configuração dos BRICS, com seu Banco de Desenvolvimento, etc. No Brasil este movimento vem sendo articulado a partir da operação Lava-Jato, que investiga desvios na Petrobrás. Com base em um suposto “mar de lamas”, a direita mais retrógrada vem tentando reverter as conquistas obtidas nos últimos doze anos em favor das classes trabalhadoras, bem como reverter a partilha do pré-sal e privatizar a Petrobrás, cujos objetivos articulam interesses internacionais.

Mas o mais grave de tudo isto é que *o movimento feito pela direita é de aniquilação total da esquerda. É a construção da impossibilidade de qualquer alternativa que não*

seja a do pensamento único (fascismo). A materialização disso pode ser configurada a partir dos seguintes episódios: 1) a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados. Com isto a direita sequestrou a vitória democrático-popular das eleições de 2014, colocando o Poder Executivo à mercê da pauta conservadora do Congresso Nacional. Este sequestro é, infelizmente, a materialização do conservadorismo existente na sociedade brasileira, traduzido na vitória parlamentar conservadora. Enquanto as bancadas de esquerda diminuíram, os setores retrógrados e fundamentalistas avançaram no Congresso Nacional; 2) a votação da PL 4330, A aprovação desse projeto de lei é o desmonte de todas as conquistas históricas das trabalhadoras e trabalhadores representados na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Mais do que isto, é a reconfiguração do mercado de trabalho em bases de precarização e desmonte total de qualquer tipo de seguridade social ao trabalho; 3) a votação da diminuição da maioria penal. Esta pauta é a expressão concreta de que os setores sociais fascistas ganharam a palavra e hoje se articulam politicamente, sem constrangimentos, na denominada “bancada da bala”. Isto é de uma ordem gravíssima; 3) a organização dos atos de rua, convocados por organizações financiadas pelo alto empresariado e que juntaram milhares de pessoas pelo país, em vários deles, com palavras de ordem convocando “golpe militar”, “morte aos petistas”, “fim do governo comunista bolivariano”, e outros absurdos; 4) A tentativa de retirar à força a presidenta da república, seja via TSE, TCU ou mesmo de outras formas.

Juntando esses momentos com a política econômica de Joaquim Levy e os demais ministros da burguesia, percebe-se que a direita retomou seu projeto de Brasil neoliberal. A atual agenda política se sustenta pela mudança de correlação de forças e um ataque à democracia. O que fazemos diante de tal ataque?

Nossa opinião é que precisamos mobilizar e ir para as ruas e dizer claramente que queremos a aplicação do programa progressista vitorioso nas urnas em 26 de outubro de 2014! Isso significa: fora Levy e sua política econômica, não à terceirização, não às MPs 664 e 665, contra a política de juros altos e a defesa intransigente da democracia, não ao golpe da direita e a guinada à esquerda de um governo que foi eleito para aplicar este programa.

Já está em curso uma reação popular democrática, ainda que com diversas visões, ao ataque da direita. As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, a unidade das Centrais e as lutas dos movimentos sociais organizados vão respondendo à ofensiva da direita. Os trabalhadores das universidades têm o dever de contribuir com as mobilizações para tensionar o governo à esquerda e dar uma guinada definitiva com o compromisso de resgatar o projeto político de mais mudanças para o país.

A nossa categoria deixou claro ao governo, na greve de 2015, que não aceitará achatamento dos salários e que exige política salarial e data-base para o funcionalismo público! Exigimos mudanças que apontem para questões estruturais como a democratização da mídia, a taxação de grandes fortunas, a reforma política defendida por OAB, CNBB e outras organizações, a reforma agrária, a reforma urbana e tantas outras bandeiras históricas. É dever das centrais sindicais unirem esforços por uma greve geral contra o Ajuste Fiscal, obrigando a retirada de pauta ou mesmo a sua rejeição no Congresso.

Em tão pouco tempo, o cenário nacional viveu e vive contornos de intensa efervescência política. Apesar de difíceis e de todo o arsenal montado pela elite e seus aliados, são tempos que podem reorganizar e fortalecer os trabalhadores, o campo democrático e popular, unindo nossas forças e descortinando novas vitórias!

Políticas para as IFES

O papel da educação é importante como campo estratégico da disputa na luta de classes, sendo necessário fazer um debate sobre como a educação pode estar a serviço da quebra da hegemonia do sistema capitalista. Para avançar na luta revolucionária é necessário ter uma educação também revolucionária. O modelo atual de educação é voltado para o mercado e é preciso discutir qual a formação que se deve dar aos cidadãos, pois hoje impera apenas a vontade do mercado. Fazer essa luta dentro das IFES e trazer a sociedade para definir seus rumos, bem como levar a Universidade para perto da população é tarefa irrenunciável dos TAE.

As instituições federais de ensino superior (IFES) devem ter como um princípio soberano a autonomia administrativa, financeira e pedagógica, o que se estende aos seus fins, que são o ensino/pesquisa/extensão. Esse princípio encontra apoio na Constituição Federal (artigo 207), e também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigo 54). As IFES devem gerir a sua capacidade de produzir conhecimento, ciência e tecnologia de forma livre e inovadora, sem interferência e instrumentalização externas, mais especificamente do setor privado. Essa deve ser condição precípua às IFES e está articulada ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como ao princípio da autogestão administrativa e financeira, incluindo a gestão de pessoal.

Consideramos que a autonomia no ensino superior público está sob franco ataque – como os processos de controle da Controladoria Geral da União e do Ministério público Federal, e também a utilização de instrumentos infralegais, como orientações, instruções normativas, etc., impondo uma forma de gestão e de política pública verticalizada – e a comunidade precisa debater esse tema com a devida seriedade, sem, no entanto, desconsiderar o caráter público das IFES, o que denota submissão ao controle social, à transparência e aos princípios legais gerais, afinal, autonomia não é soberania.

A ASSUFRGS deve ser protagonista na defesa da autonomia do ensino superior federal e da sua vinculação umbilical com a democracia. Deve-se debater a necessidade de uma regulamentação que garanta às instituições federais suas prerrogativas, como o acolhimento crescente de alunos oriundos de frágeis condições sociais – acrescendo-se a necessidade imperiosa de se melhorarem, e muito, as condições sociais e educativas da população para a obtenção de maiores resultados do investimento em educação no setor.

Proposições e diretrizes políticas:

- a realização de um ciclo de formações sobre o tema autonomia das IFES, com entidades representativas da educação federal, do segmento docente e estudantil, com objetivo de construir um movimento para defender a autonomia e a democratização das IFES.

- a atualização do debate sobre projeto de universidade a partir do projeto da FASUBRA e de outras contribuições, com a organização de seminário estadual dos TAE, alunos e docentes..

- a regulamentação de eleições paritárias para dirigentes das IFES, dos institutos, das faculdades e dos centros, em processo que se inicie e se encerre na instituição, sendo empossado o dirigente eleito;

- a regulamentação da paridade nos colegiados superiores entre os três segmentos (1/3 de docentes, 1/3 de Estudantes e 1/3 de TAE);

- a participação da comunidade externa nos conselhos superiores, garantindo a presença da sociedade organizada, principalmente nos colegiados de controle social,

- a defesa da ampliação da IFES, com a devida ampliação do quadro de pessoal, por concurso público, além da necessária infraestrutura para o funcionamento dos novos cursos e novos campi;

- defender a consolidação e a ampliação das políticas de permanência estudantil e de ações afirmativas (cotas).

Política Sindical, Direitos Humanos e Opressões

A temática das opressões tem sido matéria de amplos debates na conjuntura atual. Ao passo que os movimentos sociais vêm ganhando espaço e voz para combater práticas como o racismo, o machismo, a homofobia, entre outras, encontramos setores da sociedade, inclusive com forte representação no Congresso Nacional e em outros espaços de poder, que reagem no sentido de deslegitimar essas lutas, determinando os valores que “devem ser seguidos por todos”. Absurdos como o estatuto da família, em contraponto ao estatuto *das famílias*, a acusação de heterofobia e cristofobia a quem defende a livre orientação sexual e a liberdade de credo em um Estado laico, têm aparecido com frequência nas mídias e nas redes sociais, apregoando o pensamento conservador e intervindo na construção de políticas sociais, no sentido de reforçar a segregação de classe, gênero, etnia, religião, etc. É necessário e fundamental que se construam políticas públicas que venham romper com as atitudes e os impactos desta forma perversa de se relacionar com a diversidade, desconstruindo o *status quo* calcado na norma branca, hetero, masculina e cristã. No âmbito das IFES, apesar de se tratar de um setor da educação que deveria disseminar a compreensão e o respeito à diversidade, ainda encontramos em grande monta práticas institucionais que defendem e reproduzem relações desiguais, impondo hierarquias discriminatórias e opressivas. A defesa da bandeira da inclusão nos processos de seleção internos e externos nas IFES é uma ferramenta fundamental no processo de luta pela igualdade.

A Assufrgs, enquanto entidade de lutas históricas no combate às opressões, por exercer papel fundamental na formação política e social, deve promover e incentivar o debate dessas temáticas, dentro e fora das IFES, no sentido de criar instrumentos de combate a qualquer tipo de preconceito. Sendo a Assufrgs estruturada em grupos de trabalho (GTs), propõe-se a concentração das discussões e ações dos GTs que tratam desses temas em um Coletivo Políticas Sociais Contra as Opressões. Tal proposição justifica-se no fato de que o mesmo pensamento que oprime a mulher oprime também o negro, o pobre, o homossexual, o índio,. Assim, um Coletivo unificado pode trabalhar de modo a inter-relacionar as facetas do preconceito e da discriminação.

Luta das Mulheres pelo reconhecimento da paridade

As questões de gênero no meio sindical precisam ser tratadas com relevância no trabalho e principalmente na divisão do Poder, onde as mulheres muitas vezes não se sentem empoderadas para atuar como líderes e nem intervir publicamente. Atualmente somos no Brasil 52% da população brasileira e eleitoras, mas não ocupamos os cargos de maior relevância social/ política, conforme levantamentos e pesquisas. Nos parlamentos (federal - 8%), nas repartições públicas, nos cargos de direção ainda prepondera a figura masculina. Isso não se deve a capacidade intelectual e de trabalho, é fruto histórico de estrutura patriarcal de opressão que com o capitalismo e a globalização nos faz muitas vezes multiplicadoras/reprodutoras do machismo e da opressão involuntária, porque não somos formadas para a emancipação e empoderamento próprios de quem é sujeita do próprio destino. É necessário avançar muito mais em políticas públicas que nos empoderem, que despenalizem o aborto, com saúde pública específica para contemplar maior qualidade de vida às mulheres (ainda há alto índice de óbito de mulheres que abortam). Políticas que nos possibilitem escolhas, como por exemplo, o modelo de família que queremos.

A luta no sindicato deverá ser mais incisiva nas questões de gênero para que alcancemos a paridade de 50% nas coordenações sindicais entre homens e mulheres e também nas administrações da universidade.

Carreira e relações de trabalho- Razões para repensar

Necessitamos diagnosticar o processo de mudança de perfil da categoria e nele interferir propondo uma carreira que responda às novas necessidades e atribuições decorrentes da ampliação das Instituições. Há muito defendemos que é urgente a retomada do debate sobre qual carreira queremos. Repensar não é estabelecer falso debate entre supostas carreiras “antiga” e “nova”. O processo de organização do trabalho técnico-administrativo em educação deve incorporar, necessariamente, o movimento da realidade. Na medida em que houve mudança no perfil da categoria, em que nosso trabalho hoje é executado, estruturalmente, em larga medida, por trabalhador@s terceirizad@s, em que a implantação da EBSRH nos Hospitais modifica substancialmente o trabalho técnico –introduzindo o emprego público –, nossa carreira precisa ser capaz de organizar a função pública numa diversidade de relações de trabalho, sem perder a perspectiva social do nosso fazer. Neste sentido, precisamos identificar os elementos estratégicos que devem permanecer no horizonte da organização do nosso trabalho, dos que se relacionam apenas com o momento conjuntural.

Na greve de 2007, a categoria aceitou alterar a estrutura, distanciando a tabela do Nível E das demais, o que recuperou o salário desse Nível. Isso trouxe a referência do “mercado” como indicador de patamar salarial e a meritocracia como elementos para o norte organizativo do nosso fazer. A resultante, a médio e longo prazo, será o fortalecimento da terceirização de amplos setores do fazer técnico e de diferenciação salarial entre os fazeres: Níveis “A”, “B”, “C” e parte do “D” estarão na terceirização (como na EBSERH) e fazeres como médico, pedagogo, técnico de laboratório, assistente em administração, serão remunerados segundo o mercado. Também em 2007, o Governo retirou da Lei a garantia de step constante em toda a tabela. A lógica de “mercado”, a terceirização e celetização, somadas a fragmentação de nossa organização pode resultar,

em médio prazo, numa proposta de separação de tabelas, pelo Governo, ANDIFES, ATENS, para trabalharem o aumento de piso e step de modo diferenciado para os Níveis. Do ponto de vista da lógica do mercado (e do governo), um pedagogo não vale um engenheiro e o perigo de separação das tabelas é levar a uma outra separação: hierarquizar os salários dos cargos “E” conforme o mercado. Isso já vigora no Plano de Carreira da EBSRH. É preciso encontrar uma solução coletiva, fora desta lógica de Níveis X Níveis (contradição falsa).

Também questões importantes para o debate sobre a carreira são a previdenciária e a escolarização. A primeira, regida por diferentes regras de aposentadoria exige pensar qual a melhor estrutura de carreira para enfrentá-las com a menor perda e a manutenção de isonomia entre ativos e aposentados. Esta é uma questão estratégica. A segunda: o avanço do nível de escolarização no país, o desenvolvimento tecnológico/ informatização, exigem maior escolarização como requisito de ingresso nos cargos. Hoje cerca de 70% dos TAE já ingressam com titulação acima da que os cargos exigem.

Por fim, elemento da valorização do trabalho coletivo do TAE: mobilidade entre os fazeres que o compõem, sem a qual não existe carreira. Nossa Constituição, e a interpretação majoritária que é feita quanto à impossibilidade de aglutinar cargos em nível acima do atual mantendo neles os atuais ocupantes e os novos, engessa o aperfeiçoamento (ascensão funcional e racionalização) do PCCTAE e até a formulação de nova carreira.

Reconhecendo a importância do debate, a ASSUFRGS organizou no final de 2014 o I Seminário “Repensando a carreira dos técnico-administrativos em educação” para instrumentalizar o debate e formulação de política que enfrente essa realidade. Tentou também reconstituir o GTcarreira e relações de trabalho. A resposta da categoria foi tímida, apesar da boa participação no seminário. Temos de persistir. Na greve de 2015 acordamos um debate de aperfeiçoamento da carreira com prazo final em 31 de maio. É preciso que ele se construa pela base. Não podemos sucumbir ao que venha como proposta do Governo, da ANDIFES e CONIF, nem às pautas da ATENS e setores específicos de separar a tabela. Com o prazo colocado e a limitação de acúmulo anterior em nível nacional, nosso tempo é curto e temos de agilizar o debate.

Proposições

- Debate e formulação sobre carreira na base da categoria, organizados pela ASSUFRGS e as CIS, ampliando para fóruns estaduais da base FASUBRA. Aprovar no Conassufrgs cronograma nesse sentido, e realizar um segundo seminário.
- Que a Fasubra organize o debate sobre a carreira e relações de trabalho em nível nacional.
- Debater sobre: concepção de carreira, macro-cargos/especialidades (racionalizando os fazeres), requisito dos cargos, garantido o enquadramento dos atuais servidores, o retorno do step constante e a amplitude da progressão por capacitação.
- Debater sobre as relações de trabalho no Estado, questões relativas ao regime jurídico único, o que soma na construção de unidade dos servidores públicos federais.
- Retomar na base e junto aos SPF o debate sobre a ascensão funcional.

- Defender o fim da terceirização e de qualquer forma de contratação (como consultorias externas) que não o Concurso Público para as atividades de caráter permanente das IFE. Realizar levantamentos nas IFE, provando o custo maior da terceirização.
- Atuação conjunta da ASSUFRGS/CIS quanto às relações de trabalho (democratização, assédio, saúde e condições de trabalho), aos programas de capacitação, avaliação e dimensionamento, reavaliando os existentes e propondo os que não foram implantados.

Balanco, Organização, Estrutura sindical e Proporcionalidade

Desde o II Conassufrgs, a entidade atuou de forma permanente em quase todos os âmbitos da luta dos trabalhadores: integra frentes de sindicatos e organizações sociais, frentes temáticas ou de luta geral, possui grupos de trabalho com vida ativa e inseridos nas especificidades dos trabalhadores, como o GT-Anti-Racismo e Mulheres, por exemplo. A partir do II Conassufrgs, a entidade desfilia-se da CUT e passa a orientar sua atividade política a partir das “frentes de centrais”, isto é, participa das ações onde há consensos de luta ou então fraciona-se conforme a composição da direção. Isso, ao nosso ver, foi muito prejudicial. Tanto a Coordenação, como os Conselhos de Delegados e Fiscal tiveram vida ativa e tocaram suas atividades normalmente. Entretanto, ora aqui, ora ali, se ouve entre os militantes: por que é tão difícil atrair mais colegas para a luta sindical, para a representação ou organização dos locais de trabalho?

Ao nosso ver, esse não é um problema da Assufrgs. Esse problema é do sindicalismo brasileiro e mundial.

O balanço da ASSUFRGS que se faz refere-se aos últimos períodos e coordenações da entidade, todas elas proporcionais, desde o II Conassufrgs. Depois dele, os grandes momentos de reflexão, debate, formulação e luta ocorrem em torno de temas específicos como democratização, carreira e relações de trabalho, 30 horas, terceirização, saúde e previdência, nos processos eleitorais da coordenação e, especialmente nas greves quase que anuais, onde o debate geral se fez mais presente. A conjuntura posta com a eleição de Lula, o início do governo em 2003 com a reforma da previdência e a limitação das Direções em nível nacional e na ASSUFRGS para o exercício democrático do diálogo entre quem pensa com diferenças a realidade chegou às raias do sectarismo, com quebra de confiança entre trabalhadores, e fragmentaram o movimento da FASSUBRA e da ASSUFRGS. Assim, que disputar a categoria para constitui-la base de correntes e partidos, ao longo desse período, veio, em muitos momentos, sobrepondo-se à efetiva defesa dos interesses/necessidades dos trabalhadores. Eixo de todas as greves da categoria, o Plano de Carreira, tornou-se instrumento dessa disputa e, embora com razoáveis conquistas econômicas, teve quebras que descaracterizaram a concepção histórica que nós próprios reivindicamos. A lentidão e falta de vontade do governo de resolver determinadas questões, sua política de terceirização e elitização do quadro de pessoal e de separação ativos/aposentados, tratando política de pessoal com viés financeiro apenas, alimentaram greves anuais que constituíram-se em palcos de disputas partidárias, onde o enfrentamento fratricida entre correntes desgastaram nosso principal instrumento de luta.

Vivemos tempos difíceis no movimento sindical. A fragmentação na organização, em várias Centrais Sindicais e Sindicatos e os enfrentamentos internos das correntes políticas

fragilizam a luta em defesa dos trabalhadores e do Serviço Público. O ativismo inconsequente, a ausência de formação política permanente e a falta de planejamento estratégico e de planos de lutas enraizados nas necessidades da categoria criam terreno propício para o sindicalismo cair na vala comum do sindicalismo carreirista, aparelhado,

O sistema de proporcionalidade busca garantir que as ideias de todos os grupos políticos, com um mínimo de representatividade e que se propõem a dirigir o sindicato, estejam presentes na sua direção. Pressupõe que a diversidade de ideias, fundamentadas na defesa e luta pelos direitos da classe trabalhadora pode e deve construir o programa de gestão da sua entidade de classe. Na proporcionalidade (aliás, na democracia), tanto a maioria tem o dever de dialogar com a minoria em busca de propostas e projetos comuns, quanto a minoria tem a obrigação de assumir responsabilidade com a condução política e administrativa do sindicato. O que vimos nas últimas gestões foram o inverso dessa lógica. A maioria (muitas vezes eventual) não pode impor, simplesmente, suas propostas e decidir isoladamente. Nem atropelar o restante da coordenação e da base e tocar a política de sua corrente/partido. E a minoria também é responsável na direção. Fazer parte da direção apenas para constar nos mapas das forças políticas onde há diretor(a) dessa ou daquela corrente ou garantir cargo/função para este ou aquele “companheiro” dar um “carteiraço” de “representatividade” é dos vícios que vingam no sindicalismo atual despolitizado e sem perspectivas transformadoras.

Um dos grandes problemas que devemos nos questionar é: por que as coordenações por tema não conseguem levar suas tarefas específicas, seus planos de gestão? Não há uma autonomia ou uma vontade de fazer a gestão?

Nossa opinião é que o resgate de uma ASSUFRGS forte e unida se dará com a formação e qualificação política permanente da categoria, investimento pesado em cursos, seminários, debates e através da participação em seus fóruns e também com mobilização e investimento que motivem colegas na defesa de nossos direitos em cada local de trabalho, tornando-se a representação viva do sindicato. Também ocorrerá com o fortalecimento e a renovação dos métodos de mobilização e participação. Precisamos referenciar a maneira de dirigir a ASSUFRGS em experiências democratizantes e motivadoras, como o orçamento participativo, onde a categoria enxergue, para além de prestações de contas burocráticas, sua opinião no investimento realizado e faça o controle social permanente da gestão. Nosso problema é de definição de projeto estratégico para a defesa dos direitos da nossa categoria; de definição das questões demandadas em cada local de trabalho, tornando-se o foco de nossas energias.

A greve de 2015 mostrou como é possível solidificar esse amadurecimento. No entanto, reconhecemos que a categoria expressou sua vontade no plebiscito ocorrido em 2014 e respeitamos a posição da maioria da categoria e das teses apresentadas que defenderam a majoritariedade como modelo. E entendemos que, sendo vencedora a tese de a Coordenação ser majoritária devemos garantir mecanismos, instâncias, grupos de trabalho e espaços coletivos que assegurem a plena participação na gestão política da entidade a toda a categoria. Nesse sentido, propomos que, após essa experiência da próxima Coordenação, seja avaliada a majoritariedade em novo Congresso, bem como entendemos que o Conselho Fiscal deva ser necessariamente integrado por outra chapa que não a vencedora no processo. Propomos também garantir estatutariamente a

obrigatoriedade de um conselho editorial plural trabalhando junto com a Coordenação de Comunicação, e de um Coletivo de Formação Política e Sindical.

Propostas para nova organização e estrutura sindical da Assufrgs:

1. Mandatos de 03 anos para todas as instâncias, de forma a valorizar a construção e implementação programática das chapas e dos representantes.
2. Vedada a segunda reeleição de coordenador que só poderá voltar a se candidatar depois de três anos do término de sua segunda gestão.
3. Composição da Coordenação da Assufrgs com os seguintes cargos:
 - 03 membros na Coordenação Geral
 - 02 membros na Coordenação de Administração e Finanças
 - 01 membro na Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho
 - 01 membro na Coordenação de Saúde e Segurança do Trabalhador
 - 01 membro na Coordenação de Comunicação
 - 01 membro na Coordenação de Formação e Política Sindical
 - 01 membro na Coordenação de Assuntos de Aposentadoria
4. Propomos a criação do Departamento de Cultura, Esporte e Lazer, com fim de encaminhar as atividades sócio-recreativas e culturais do sindicato, sem prejuízo da atividade política. Tal departamento será subordinado à coordenação da entidade, com status abaixo da coordenação no estatuto. Terá a composição de três membros que serão eleitos na mesma chapa para a coordenação, já especificada a sua função de membro do departamento. Para as atividades dessa área, a Coordenação e o Conselho de Delegados definirão o orçamento que caberá ao departamento através de Orçamento Participativo.
5. Inclusão no estatuto de obrigatoriedade de Conselho Editorial e Coletivo de Formação Política a serem propostos no Conselho de Delegados e eleitos em AG, com representação do CD e de base, com 6 e 4 integrantes, respectivamente.
6. Prever também no estatuto a possibilidade de criação de Grupos de Trabalho por proposição da Coordenação e do Conselho de Delegados – abertos a participação da base e com caráter de assessoramento à direção, a serem aprovados em Assembleia Geral.

Plano de Lutas

1. Eleições paritárias para reitor(a) na UFRGS – sem essa perspectiva, organizar uma grande campanha em todo o 1 semestre de 2016 pelo voto nulo;
2. 30 horas para todos – em todos os campi, à exemplo do que ocorre nos setores e pró-reitorias que assessoram a Reitoria;
3. Luta geral em defesa da Petrobrás e do Pré-Sal;
4. Inserção nas frentes amplas contra o conservadorismo: Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo, além de outras iniciativas;
5. Terceirização: a Assufrgs deve organizar um Seminário específico pós-congresso com o objetivo de aprofundar e organizar a luta dos trabalhadores terceirizados nas Ifes, através do sindicato.

